

Publicações da
Conferência de Economistas
Socialistas

39

42

PROCESSO DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE CLASSE

Colaboradores:
Mario Tronti
Raniero Panzieri
Sergio Bologna
Alfred Sohn-Rethel
Christian Palloix
Apresentação da edição brasileira
FABIO STEFANO ERBER

ZAHAR



EDITORES

Título original: *The Labour Process & Class Strategies*

Traduzido da primeira edição inglesa, de 1976, publicada e distribuída para a Conferência de Economistas Socialistas por Stage 1, Londres, Inglaterra.

Copyright © 1976 by *The Conference of Socialist Economists*
All rights reserved

Direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei 5.988)

Capa: ÉRICO

1982

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES S. A.
C. P. 207 (ZC-00) Rio de Janeiro
que se reservam a propriedade desta versão

Impresso no Brasil

A Importância do Estudo do Processo de Trabalho — Uma Introdução *

FABIO STEFANO ERBER

Doutor em Economia pela Universidade de Sussex, Inglaterra
Pesquisador e Professor do Instituto de Economia da UFRJ

Os ensaios apresentados neste livro têm nas obras de Marx sua principal fonte de inspiração. Embora um leitor de Marx não possa deixar de ter sua atenção despertada pela minúcia com que trata de detalhes técnicos, notadamente aqueles pertinentes à organização do trabalho, das relações que se estabelecem entre os trabalhadores, destes com as máquinas e com os patrões, a importância desses aspectos para o esquema analítico de Marx passou freqüentemente despercebida até que o recente renascimento dos estudos sobre o processo de trabalho viesse a colocá-los novamente em foco.

O descaso pela tecnologia e pelo processo de trabalho não pode ser imputado ao próprio Marx. Ao contrário, em inúmeras obras, como decorrência de suas posições filosóficas mais gerais, ele enfatiza a importância do estudo do progresso técnico pois "a tecnologia revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias

* Este artigo tem por base as discussões do Grupo de Estudos do Processo de Trabalho (José Ricardo Taillé, Lilliana Acero, Maria Valéria Junho Pena, Paulo Vieira da Cunha, Vera Maria Cândido Pereira e o autor) e o documento que preparamos em 1980 para o VIII Encontro Nacional de Economia, "O estudo do processo de trabalho: notas para discussão", publicado mais tarde em *Literatura Económica*, vol. 3, n.º 2, março/abril de 1981. Hubert Schmitz, José Ricardo Taillé e Paulo Vieira da Cunha fizeram valiosos comentários a uma versão preliminar deste trabalho. Nenhuma das pessoas acima mencionadas tem, no entanto, responsabilidade pelo que segue.

que fluem destas".¹ A tecnologia, para Marx, não apenas medeia a relação entre o homem e o mundo externo mas é o centro daquelas atividades especificamente humanas, pelas quais "o homem, ao agir sobre o mundo exterior, modificando-o, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza".²

No mesmo parágrafo do qual a última citação foi retirada, Marx lamentava a inexistência de uma história dos "órgãos produtivos do homem", de uma história da tecnologia semelhante àquela feita por Darwin para a "tecnologia da Natureza". No entanto, a sua própria obra constitui uma importante contribuição a esse trabalho histórico, especialmente sua análise da manufatura e da passagem desta à grande indústria, em que destaca as modificações ocorridas no processo de trabalho, cujas principais etapas podem ser sintetizadas em:

- 1) a subordinação de grande número de trabalhadores a um capitalista, sem alterar os meios de produção anteriormente utilizados e mantendo o controle da técnica de produção nas mãos dos trabalhadores, quer seja na forma de *putting out* quer seja reunindo os trabalhadores no mesmo local de trabalho;
- 2) o processo de trabalho passa a ser subdividido e as tarefas individuais simplificadas e sistematizadas, ao mesmo tempo que desenvolvem-se instrumentos especiais para cada operação;
- 3) finalmente, os instrumentos manuais são substituídos por máquinas (mais tarde também fabricadas por meio de outras máquinas), que vão servir de elemento organizador da produção, transformando o trabalhador num "apêndice e servidor da máquina".

Este movimento não se dá, como assinala Marx e o confirmam estudos setoriais posteriores, sincronicamente em todas as indústrias nem nas demais atividades. Não obstante, para Marx o tipo de organização do trabalho característico do estágio da grande indústria constitui a forma *específica e adequada* ao modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo o distingue dos precedentes e funda seu desenvolvimento e suas contradições.

Com efeito, para Marx, não é qualquer tecnologia que serve ao modo de produção capitalista — este é caracterizado por "um modo de produção tecnológico bem específico, que transforma a natureza e as condições de trabalho... De um lado, constituído

¹ K. Marx, *Le Capital*, vol. I, cap. XV, p. 915, in K. Marx, *Oeuvres*, Bibliothèque de La Pléiade, vol. I, Editions Gallimard, Paris, 1963.

² *Ibidem*.

na sua especificidade, o modo de produção capitalista cria um novo tipo de produção material; de outro lado esta transformação material constitui a base do desenvolvimento do sistema capitalista, cuja forma adequada corresponde, conseqüentemente, a um nível determinado de crescimento das forças produtivas do trabalho".³

Dentro da fábrica, das unidades de produção, esta especificidade é vista por Marx sob vários aspectos. Nos meios de produção utilizados (máquinas e matérias-primas), cuja tendência é aumentar seu desempenho (potência, velocidade, precisão etc.), sua dimensão unitária e a quantidade utilizada em conjunto, tendendo a elevar a participação do capital constante no capital total, apesar das economias de escala no uso desse capital constante. Nas relações entre homens e máquinas no processo produtivo, em que os primeiros têm que se adaptar às condições de trabalho das segundas, intensificando o ritmo de trabalho e reduzindo os períodos ociosos (a "porosidade") do tempo de trabalho, adaptação justificada por uma lógica técnica que encobre os aspectos de exploração e dominação dos trabalhadores. Nas relações entre os trabalhadores no processo produtivo, em que o trabalho individual é absorvido pelo *trabalho coletivo*, pela divisão e simplificação de tarefas e pela produção em larga escala, ao mesmo tempo em que novas profissões são criadas e outras são "requalificadas". A divisão entre trabalho manual e intelectual, mais precisamente entre as tarefas de execução e concepção, torna-se mais profunda, concentrando-se o trabalho "mental" nas mãos de técnicos, que passam a fazer uso sistemático de conhecimentos científicos, e relegando os trabalhadores às tarefas manuais e de execução. Ao mesmo tempo acentua-se o controle hierárquico do processo de trabalho, em que não só as tarefas e sua distribuição são rigidamente definidas, como sua execução severamente controlada por administradores profissionais. Em conseqüência, as relações entre trabalhadores e capitalistas são profundamente alteradas, passando o processo de acumulação capitalista a contar mais com a mais-valia relativa, fruto da intensificação do ritmo de trabalho, do que com a mais-valia absoluta, resultado da extensão da jornada de trabalho, transformando assim a subordinação formal dos trabalhadores, característica dos estágios anteriores, em subordinação real, típica do capitalismo maduro.

As características do processo de trabalho têm repercussões além dos limites da unidade produtiva, presentes, politicamente,

³ K. Marx, *Matériaux pour L'Économie*, p. 379, in K. Marx, *Oeuvres*, Bibliothèque de La Pléiade, vol. II, Editions Gallimard, Paris, 1968.

no fetichismo das mercadorias e das máquinas e na consciência da classe trabalhadora. Do ponto de vista econômico, irão afetar as relações entre empresas dentro do mesmo ramo, elevando a escala mínima de produção e eliminando ou marginalizando a produção artesanal e manufatureira; bem como as relações entre indústrias, sujeitando um número cada vez maior de setores à lógica da grande indústria.

Assim, a análise do processo de trabalho é uma passagem obrigatória na construção do esquema teórico que Marx desenvolve para distinguir o modo de produção capitalista de outros modos anteriores e subsequentes bem como para analisar a sua dinâmica, uma *demarche* que se reflete nos ensaios de Panzieri e Palloix a seguir reproduzidos.

Marx, é bom lembrar, não foi o único entre os economistas clássicos a destacar a importância do processo de trabalho. Entre seus predecessores, Smith confere à divisão de trabalho um papel fundamental na explicação da riqueza das nações, começando por ela seu famoso livro. No entanto, ao contrário de Marx, e abrindo uma tradição que iria perpetuar-se entre os economistas "burgueses", Smith não via essa divisão pela ótica do valor e destacava apenas os aspectos técnico-econômicos que levavam ao aumento da produtividade, omitindo suas conseqüências políticas, que implicavam a subordinação dos operários aos patrões. Dessa lacuna não se pode acusar, porém, Ure, que, celebrando em 1835 a introdução de uma máquina têxtil que eliminara a "opressão dos fiandeiros sobre os patrões", concluiu que "esta invenção confirma a grande doutrina já proposta que, quando o Capital enlista a Ciência a seu serviço, à refratária mão do Trabalho será ensinada docilidade".⁴

Escrevendo à mesma época, Babbage (hoje talvez mais conhecido por suas tentativas de fazer uma máquina de calcular, a precursora dos computadores) mostrava que a divisão do trabalho podia ser aplicada também ao trabalho intelectual, com as mesmas economias de tempo, características da divisão de trabalho manual. Esta, argumentava Babbage, tivera um de seus principais aspectos descuidado por Smith e outros predecessores: dividindo e simplificando as tarefas que cada trabalhador executava, o capitalista evitava pagar a um trabalhador qualificado por tarefas simples que podiam ser executadas por um operário

⁴ A. Ure, *The Philosophy of Manufactures*, 1835, citado in D. Dickson, *Alternative Technology*, Fontana Books, Londres, 1974.

menos qualificado, reduzindo assim seus custos e adquirindo apenas a força de trabalho necessária.⁵

Considerando essa egrégia árvore genealógica, é surpreendente que o estudo do processo de trabalho tenha sido descuidado por tanto tempo. Já foi sugerido, por Rosenberg⁶, que o descaso dos economistas pela tecnologia seria devido a uma ambição de *status* intelectual — desejosos de serem considerados "cientistas", os economistas relutariam em conviver com os engenheiros, cujo "cachet" intelectual seria menor. Além disso, o estudo do processo de trabalho requer familiaridade com um infindável número de detalhes técnicos que o próprio Marx, ao seguir aplicadamente cursos de mecânica para operários, confienciava a Engels achar muito difícil de dominar. Mesmo assim, é provável que esse descaso tenha sido, acima de tudo, causado pelo longo predomínio do paradigma neoclássico, onde o progresso técnico era um dado para a empresa e a sociedade, que escolheriam entre as técnicas disponíveis as mais apropriadas ao sistema de preços vigente, segundo critérios de racionalidade técnico-econômica destituída de considerações políticas.

Essa visão não seria abalada sequer pelo interesse recente, no segundo pós-guerra, pelos problemas de inovação e difusão de técnicas, explicados pela concorrência intercapitalista e pela intervenção do Estado, entrando os trabalhadores apenas como receptorés e instrumentos desses processos de transformação técnica. Da mesma forma, a análise dos efeitos do progresso técnico sobre a quantidade e o tipo de empregos, embora tivesse uma longa tradição que remonta, pelo menos, a Ricardo, tão pouco considerava que esses efeitos poderiam ser fruto de uma necessidade de controlar a mão-de-obra tão importante quanto a de aumentar sua produtividade, servindo, inclusive, uma à outra.

Os sociólogos também estudaram pouco o processo de trabalho, embora mais que os economistas. Com freqüência ou negaram pura e simplesmente a noção de classe, reduzindo os trabalhadores à sua condição individual, especialmente como consumidores, ou adotaram uma concepção global de classe, considerada como uma realidade em si, independente das condições concretas de produção. No entanto, como mostra o ensaio de Bo-

⁵ C. Babbage, *On the Economy of Machinery and Manufactures*, 1835, in H. Braverman; *Trabalho e Capital Monopolista*, Zahar, Rio, 1977.

⁶ N. Rosenberg, "Problems in the Economist's Conceptualization of Technological Innovation" in N. Rosenberg, *Perspectives on Technology*, Cambridge University Press, Londres, 1976.

logna a seguir publicado, as condições de produção têm um papel crucial a desempenhar no processo de organização da classe trabalhadora, na sua diferenciação interna e na sua estratégia de luta.

Paradigmas teóricos como o neoclássico excluíam do seu campo de indagações os problemas do processo de trabalho, mas como explicar o abandono do tema por aqueles que se pautavam por um paradigma que, ao contrário, requeria seu exame: os marxistas? A explicação levantada por Sweezy⁷ — de que a brilhante análise de Marx intimidava seus seguidores, além de “quase” esgotar o tema — parece pouco convincente quando se pensa na quantidade de tinta escolástica vertida por autores marxistas em torno de outros temas. Mais provável é que o entusiasmo de Lênin e outros dirigentes soviéticos pelas técnicas e métodos de gestão ocidentais (especialmente o Taylorismo) tenham contribuído a inibir a análise do processo de trabalho nos dois lados. Com efeito, é em torno da crítica aos processos de trabalho na Europa Oriental que Bettelheim⁸ e outros iriam mais tarde montar sua denúncia do caráter capitalista daqueles regimes, levantando uma vez mais a difícil questão da neutralidade política da técnica e do seu papel em sociedades em transição.

Se os cientistas sociais por longo tempo não deram atenção ao estudo do processo de trabalho, o mesmo não ocorreu, naturalmente, entre os que estavam diretamente envolvidos nele: de um lado administradores de empresas (aí incluídos psicólogos e sociólogos) e engenheiros e, de outro, os trabalhadores.

O enfrentamento cotidiano entre operários e administradores, traduzido muitas vezes em movimentos de resistência explícita às pressões do processo de trabalho capitalista e outras vezes em reações como sabotagem e absentismo, levaram a uma grande modificação na teoria da administração, cujos métodos de controle passaram, em algumas indústrias, da brutal explicitude da administração científica de Taylor, para quem era útil que o trabalhador tivesse “a inteligência de um boi”, aos métodos mais indiretos e “humanos” da “escola de relações humanas” e da “tecnologia de grupo”.

Embora os métodos mais modernos mantivessem inalterado o controle do processo de trabalho nas mãos do capital, prometiam (e com frequência alcançavam) uma redução dos atritos no seio da produção. A isso somou-se, nos países capitalistas centrais, uma

⁷ No prefácio ao livro de H. Braverman, *op. cit.*

⁸ C. Bettelheim, *Calcul économique et formes de propriété*, François Maspero, Paris, 1971.

elevação da renda real dos trabalhadores e uma estratégia sindical orientada primordialmente para aumentos salariais e a transferência para a periferia de muitos dos piores processos de trabalho, como a montagem de produtos eletrônicos. Assim, para alguns autores dos países centrais, a combinação do “welfare state” com a “soulfull corporation” prefigurava uma sociedade “pós-industrial”, sem conflitos de classe.

Os movimentos de 1968 viriam a demonstrar quão ilusória era essa paz, assinalando a insatisfação generalizada com as condições de trabalho no seio do capitalismo, inclusive pela denúncia da “proletarização” do trabalho intelectual e das profissões liberais e pela perda relativa de controle dos sindicatos sobre as massas operárias. A crise dos anos setenta, com o seu desemprego, viria a pôr uma pá de cal sobre esse discurso.

No bojo do questionamento do capitalismo e suas instituições (aí incluídos as burocracias sindicais e os partidos) viu-se, nos países centrais, um revigoramento do interesse pelo marxismo e, mais especificamente, o despertar do estudo do processo de trabalho. Esse estudo, alimentado na Itália por profundas divergências na esquerda quanto à estratégia política a ser seguida (Panzieri e Bologna, autores de dois dos ensaios a seguir, estiveram associados a publicações que se opunham à linha do PCI), nos países de língua inglesa foi muito estimulado pela publicação em 1974, nos Estados Unidos, do livro de Braverman, *Trabalho e capital monopolista*⁹, e, na Inglaterra, pela atividade da Conferência de Economistas Socialistas, responsável pela organização original do presente volume, entre outros.

No entanto, ao retomar a rica tradição marxista num contexto econômico e político substancialmente diferente daquele vigente à época de Marx, esta literatura confronta-se com problemas teóricos importantes, cujas implicações políticas e econômicas são relevantes. A título de exemplo, indaga-se se as características do processo de trabalho capitalista, tal como Marx o estudou, notadamente a divisão entre trabalho manual e intelectual, a tendência à simplificação de tarefas e o controle hierárquico da produção, ainda permanecem ou haveria um “quarto estágio” na organização do trabalho que, preservando as características capitalistas, representasse uma nova forma de processo de trabalho, “específica” e “adequada” ao capitalismo atual, caracterizado pela produção oligopolista e pela internacionalização da produção industrial? Que implicações têm para o processo

⁹ *Op. cit.*

de trabalho — e através deste para outras dimensões do desenvolvimento capitalista — as modificações em curso da base técnica do sistema, notadamente o progresso da indústria eletrônica, que já rompeu o vínculo anteriormente existente entre automação e produção em larga escala¹⁰, estendeu a gama de processos contínuos e permitiu a manipulação de informações a escala mundial? Serão os sindicatos nas suas formas atuais adequados para conduzir as lutas dos trabalhadores, face a essas modificações nos processos de trabalho? E que reivindicações serão possíveis quanto às condições de trabalho? A resposta a essas e outras questões passa por um longo trabalho de investigação teórica e empírica, combinado à prática política, ainda a serem feitos.

Embora não esgotem as ramificações do estudo do processo de trabalho, os ensaios aqui reunidos atestam a relevância desse estudo, discutindo temas como o caráter político da organização do trabalho e a influência da base técnica de produção sobre as formas políticas de organização dos trabalhadores e seus objetivos de curto e longo prazos.

Embora os estudos a seguir apresentados estejam voltados para as condições dos países centrais, freqüentemente numa perspectiva histórica, os temas de que tratam e a forma como os tratam são atuais e relevantes para as condições econômicas e políticas do Brasil no momento presente. Não obstante, a especificidade das condições brasileiras, capitalistas e periféricas, sugere que são muito necessários estudos diretamente dirigidos a

¹⁰ Em sua análise da Grande Indústria, Marx divide as máquinas em três partes essenciais: motor, transmissão e mecanismo de operação, privilegiando as transformações ocorridas neste último. Tradicionalmente, apenas as máquinas usadas para produção em larga escala, dotadas de um mecanismo operacional especializado, tinham um sistema de controle automatizado. A especificidade desses sistemas e o custo de sua modificação estabelecia um vínculo entre produção em larga escala e automatização. No entanto, inovações eletrônicas introduzidas no segundo após-guerra nos sistemas de controle das máquinas (notadamente o controle numérico em máquinas-ferramenta) permitem utilizar automaticamente os mesmos instrumentos operacionais para vários tipos de produtos, fabricados em pequenos lotes. Marx, como se sabe, apontava a fabricação de máquinas por máquinas como uma das características da Grande Indústria. A importância da inovação acima citada para a produção em pequena escala, especialmente para a fabricação de máquinas, tradicionalmente produzidas em pequenas quantidades, é comparável à da introdução da cadeia de montagem para a produção em larga escala. A esse respeito veja-se o ensaio de Palloix a seguir e R. Bell, *Changing Technology and Manpower Requirements in the Engineering Industry*, Sussex University Press, 1972.

essa realidade. Uma breve revisão dos estudos já feitos no Brasil¹¹ sugere que estes têm se concentrado nos seguintes aspectos: "(a) caracterização da organização técnica e social do capital; (b) estrutura da força de trabalho e formas assumidas pelo movimento operário e (c) aspectos jurídicos das relações capital/trabalho".

O mesmo trabalho aponta que os resultados desses estudos têm permitido ver sob nova luz questões como a heterogeneidade estrutural da indústria brasileira e o papel que o Estado assume na regulação das relações trabalho/capital; ao mesmo tempo que têm chamado a atenção para questões antes pouco estudadas, como as formas de organização de trabalhadores sediadas sobre o processo de trabalho, com relativa independência do movimento sindical. No entanto, tais estudos além de não esgotarem esses temas, antes propondo-os para debate, têm tratado pouco de outros temas que deveriam ser analisados sob a ótica do processo de trabalho, como, por exemplo, os efeitos no Brasil da implantação de processos de trabalho desenvolvidos no exterior, quer em subsidiárias de firmas estrangeiras quer em firmas nacionais. É de se esperar que a difusão desses estudos e a publicação de trabalhos como os que seguem venham a estimular a realização de novos estudos sobre os processos de trabalho no Brasil.

¹¹ Grupo de Estudos do Processo de Trabalho, "O estudo do processo de trabalho: notas para discussão", *op. cit.*